

Educação popular no Brasil

Popular education in Brazil

Educación popular en Brasil

*Paulo Freire**

26 de outubro de 1984

Resumo

O artigo de Paulo Freire é resultante de uma palestra feita em 1984, por ocasião da realização do I Colóquio Nacional de Educação Popular, em Passo Fundo, sob a coordenação do 7º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. O evento ocorreu entre os dias 23 a 26 de outubro de 1984.

Palavras-chave: Prática educativa. Politicidade da educação. Educação popular.

Abstract

Paulo Freire's article is the result of a lecture given in 1984, on the occasion of the 1st National Colloquium on Popular Education, in Passo Fundo, under the coordination of the 7th Nucleus of the Teachers Center of the State of Rio Grande do Sul. The event occurred between the 23rd to the 26th of October 1984.

Keywords: Educational practice. Polity of education. Popular education.

Resumen

El artículo de Paulo Freire es el resultado de una conferencia dictada en 1984, con motivo del I Coloquio Nacional de Educación Popular, en Passo Fundo, bajo la coordinación del VII Núcleo del Centro Docente del Estado de Rio Grande do Sul. El hecho ha ocurrido entre el 23 y el 26 de octubre de 1984.

Palavras clave: Práctica educativa. Politicidad de la educación. Educación popular.

Saudações e introdução

Minhas amigas e meus amigos, não apenas de Passo Fundo.

Há dias passados, há mais de uma semana, por motivos que transcendem a minha vontade, eu estive próximo a apanhar o telefone e chamar Passo Fundo para des-

Recebido em 04/08/2020 – Aprovado em 10/08/2020

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v27i3.12365>

* Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, no dia 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo, no dia 2 de maio de 1997.

convidar-me. Às vezes, eu venho sendo desconvidado reacionariamente. Mas, agora, quase que eu me obrigava, há dias passados, a telefonar à Solange e a pedir desculpas por não vir. Mas, ao mesmo tempo em que certas razões de ordem muito privada me empurravam a pensar nesta hipótese, outras razões de ordem política me faziam contornar as razões de ordem mais privada e continuar, ou preservar, ou manter a aceitação deste convite que me foi feito há quase um ano atrás, para vir aqui hoje.

Em certo sentido, eu quase adivinhava – e acho que uma das qualidades, das virtudes de um educador ou uma educadora de perspectiva, no mínimo, progressista, é de viver, gestar, através de sua prática, a qualidade de quase adivinhar as coisas, de aguçar sua sensibilidade, o sentido das coisas – e quase adivinhando o que faria, tal qual se fez, de se divulgar que a professora Vanilda Paiva e eu não estaríamos aqui, quase adivinhando isso, eu preferi estar aqui para mostrar como adivinhei diretamente.

Mas – e isso eu peço, no começo dessa conversa, dessa tarde calorosa e calorenta que se parece muito com as minhas tardes do Nordeste, que vocês conhecem de perto –, eu gostaria de dizer que, em mantendo a aceitação do convite, eu tive, porém, razões privadas que não cabem aqui expor. Tive, então, que aceitar uma fórmula de vir a vocês pela metade e não totalmente. Significa que eu tive que antecipar a minha volta a São Paulo para hoje, e não para amanhã; eu preciso dormir em casa hoje. E essa é a razão pela qual, às quatro e meia, eu viajo, e gostaria que vocês me perdoassem, mas às quatro e vinte e cinco eu me levanto daqui com eles dois e saímos sem nenhum empecilho para tomar o carro, porque eu preciso tomar o avião hoje de noite.

Depois dessas explicações de ordem privada, mas que se tornam públicas, eu gostaria, então, de começar, de introduzir a nossa conversa desta tarde. Eu gostaria de, mais ou menos, pensar em voz alta num primeiro momento deste encontro, de pensar em voz alta sobre educação popular. Não tanto do ponto de vista histórico – tomando a história como se deu e como se dá –, mas tomando a educação popular como eu a entendo, a compreendo, não necessariamente como muitas de vocês compreendem.

Antes de chegar a falar um pouco sobre como entendo a educação popular, me parece, como questão de exigência metodológica, importante ou fundamental que reflcione um pouco, nesse sentido, reiteradamente, porque seria inviável que eu, hoje, dissesse aqui coisas absolutamente diferentes das que disse há oito dias passados em Rio Grande, quando estive lá falando para um auditório bem menor que este. Eu não sou um homem de gênio e não invento coisas todos os dias. Mas, mesmo reiterando algumas das minhas afirmações anteriores, gostaria de aqui, agora, pensar um pouco sobre alguns aspectos do que eu venho chamando a *natureza da prática educativa*, e depois chegar à *educação popular*.

A natureza da prática educativa

Em primeiro lugar, não importa se a gente pensa como pai ou mãe, como professor ou professora de uma pré-escola ou de uma escola de 1º Grau ou de 2º Grau, ou de universidade. Tenho a impressão de que se a gente exercita uma operação que é a de, em certo momento, tomar distância da prática que a gente vive, que a gente encarna, como pai, mãe, professor ou professora; se a gente toma distância da prática e se a gente objetiva a prática; se a gente se afasta dela e toma na mão da gente e pergunta sobre ela, o que é que se dá nessa prática que eu vivo todo dia e da qual agora no meu quarto de estudo eu tomo distância, objetivando-a; de que se dá nela que possa despertar em uma compreensão menos ingênua dela?

Me parece que, ao fazer isso, um primeiro caráter desta prática se sublinha diante de nós: é que não importa se sou mãe, pai, professor de pré-escola, ou de escola de 1º Grau, 2º Grau, ou universitária, toda vez que me vejo diante da prática que faço, eu descubro que há sempre nela um certo objeto a ser desvelado pelo educando, a ser apreendido pelo educando somente como o educando apreende o objeto. Objeto diante do qual a educadora assume uma posição que é sempre diferente da posição do educando – e muito rica –, porque é a de quem reapreende o objeto no processo de apreensão do objeto feita pelo educando. No fundo, é uma experiência em que a educadora reconhece o objeto conhecido no processo de conhecer, o objeto em que o educando se engaja.

Então, vejam bem, minhas amigas e meus amigos: não importa que ensinemos Biologia, Matemática, História, Filosofia; não importa que trabalhemos com um grupo de pré-escolares, no que se chama de roda, de papo, de leitura da palavra: há sempre na prática educativa um certo conhecimento a ser conhecido, como há, também, sobretudo em certos níveis dessa prática associada ao nível de pesquisa, a preocupação com produzir o conhecimento que ainda não existe. Eu espero que, com esse calor, todo vocês aguentem essa conversa minha, que em seguida eu paro. É duro, viu, isto aqui está como o sol de Recife e, para mim, está uma beleza.

Bem, parece-me que seria muito difícil pretender provar o contrário disso, isto é: em toda situação educativa se envolve sempre um certo objeto de conhecimento a ser conhecido ou reconhecido. Por isso, a gente poderia dizer que a educação, não importa se popular, se informal ou formal, é sempre, também, uma certa teoria do conhecimento posta em prática. É inviável não reconhecer isto. Mas o reconhecimento desta – e agora vou dizer um nome muito acadêmico, mas que deve ser dito – natureza epistemológica da educação – ou em outras palavras, o reconhecimento

da epistemologicidade da educação, que significa a qualidade epistemológica de ser uma teoria da educação posta em prática –, isso, na continuidade do processo que estou propondo, do exercício que estou propondo e me propondo, de tomar a nossa prática nas mãos e perguntar sobre ela, neste momento exato em que percebo essa natureza que envolve o ato de conhecer e que faz parte da prática educativa, eu me obrigo, imediatamente, a iniciar uma série de perguntas que são fundamentais.

Até diria a vocês todos que acho que uma das coisas que a gente precisa aprender a resgatar é o ato de perguntar, eu diria que a nossa educação vem sendo, sobretudo, uma pedagogia da resposta cuja pergunta fundamental se perde na história. O professor entra no primeiro dia de aula do ano e começa a responder aos alunos perguntas que eles nunca fizeram, porque foram feitas por alguém duzentos anos atrás. Eu insistiria neste exercício, em propor algumas perguntas, de tal maneira que, mesmo que vocês estejam neste primeiro momento em silêncio, entrem na intimidade mesma do movimento do meu discurso e se apoderem dele, refazendo-o em vocês. Toda prática educativa implica uma certa teoria do conhecimento posta em prática – eu disse uma certa teoria, porque há teorias e teorias do conhecimento.

A primeira pergunta seria: se toda prática educativa implica nisso, quem conhece, então, na situação pedagógica? E nós temos hipóteses diferentes de respostas. Uma resposta poderia ser: quem conhece na situação pedagógica é o educador ou é a educadora. E eu perguntaria: e o papel dos educandos? E a pessoa que me tivesse respondido anteriormente me diria: os educandos recebem a transmissão do conhecimento do objeto que o educador faz. Eu não preciso dizer que não aceito essa resposta. É interessante ver como essa resposta coincide com a definição ingênua de educação que a gente encontra em certos livros de filosofia, que dizem: a educação é a tarefa através da qual a geração mais velha transfere às gerações mais jovens os valores da cultura. É uma resposta tradicional, reacionária, autoritária e quase histórica.

Para mim, a questão não é bem essa, e aí eu já começo a entrar numa briga gostosa. Quem conhece a prática educativa, de um lado, é a educadora, do outro, é o educando. O que passa é que se supõe que a educadora, pelo fato mesmo até de ter chegado ao mundo antes, deve ter tido uma experiência intelectual no trato do objeto de sua disciplina que precede a experiência do educando. Mas isso não significa que o educando possa comparecer a seu curso como mero recipiente da transferência da sua sabedoria, porque o que o educando tem que fazer, no meu entender, para poder conhecer é, primeiro, apreender o objeto, memorizá-lo porque quer conhecer, porque o conhece.

O papel do educador de maneira nenhuma é igual ao do educando – e me parece uma demagogia, por exemplo, dizer que o educador e o educando são iguais; é demagógico isso, eles não são iguais –, mas a diferença que há, necessária, entre ambos não justifica a exacerbação dessa diferença, criando-se, a partir dela, um antagonismo entre a autoridade necessária do educador e a liberdade fundamental do educando.

A politicidade da educação

Uma outra pergunta que se coloca na continuidade desse exercício é: que é conhecer? É uma pergunta que tem que ver com a teoria do currículo, com a delimitação do objeto do conhecimento, com a delimitação dos objetos dos itens do programa – e não só do programa, mas da própria estruturação da vida dentro da escola. Por isso que eu falei que ela é mais ampla, ela é uma pergunta curricular. Quem decide o que deve ser conhecido? Aí é que é a pergunta fundamental, evidentemente que uma vez mais nós temos hipóteses diferentes de resposta. Eu não nego, de maneira nenhuma, a responsabilidade que a educadora tem nisso, que é uma responsabilidade social, eminentemente política, e não só pedagógica, com relação à escolha de uma temática fundamental que deve ser tratada rigorosamente pela geração jovem que chega. Mas o que me parece impossível é decretar a absoluta ignorância delas, é decretar absoluta inocência das massas populares, por exemplo, agora no campo da educação popular, em nome da supremacia quase ontológica, metafísica, da rigorosidade científica.

Evidentemente que eu jamais pensei, renunciando a impor um programa, que não devesse propor programas, mas há diferença fundamental entre não impor e deixar de propor ou propor. Para mim, o erro está em, criticando a imposição, negar a proposição. Isso, sim, é que seria espontaneísmo. Ao negar a imposição, em nome do que eu chamo *radicalidade democrática* – que independe de se é burguês ou socialista –, uma pergunta que se impõe, eu acho, à educadora é a seguinte: conhecer a favor de que e, portanto, contra quê? Conhecer a favor de quem e contra quem? E, observem, como desde a primeira pergunta a gente começa a perceber que as respostas a essas perguntas não são especificamente epistemológicas, ou melhor, não se situam na esfera estrita da teoria do conhecimento, nem tampouco na esfera estrita da pedagogia. Essa de agora, por exemplo, acaba de esclarecer que quem responde a ela é exatamente a política. Quando eu me pergunto, por exemplo, a favor de quem eu conheço, contra quem eu conheço, a favor de que, contra que eu conheço, e, portanto, a favor de que e de quem, contra que e contra quem eu traba-

lho em educação, eu estou, obviamente, no campo político. Eu preciso esclarecer, são perguntas que eu não posso deixar entre parênteses, e elas todas têm que ver com o meu sonho como educador, e o meu sonho não é só pedagógico, ele é substantivamente político e adjetivamente pedagógico.

No momento em que o educador, no exercício que eu proponho, vai pouco a pouco aclarando sua prática e chega a essa altura, ele percebe que é impossível pensar a educação sem pensar a questão do poder, que é impossível admitir que a educação seja um que-fazer neutro ou tecnicamente neutro, precisamente porque a educação se apresenta à luz das perguntas radicadas na própria prática, e não nos livros. A educação se apresenta com uma radicalidade política, que faz com que sua natureza mesma seja política. É essa a natureza política da educação que eu chamo de politicidade da educação: a qualidade que tem a educação de ser política e que, por isso, não pode ser neutra.

É interessante, às vezes, eu gosto de fazer um exercício que é muito meu e que devia ser de quem me critica, que é o exercício de me reler, de me acompanhar desde o começo até hoje. E eu vejo, nesse exercício – como, por exemplo, nos primeiros momentos da minha prática e da minha experiência de pensar a minha prática refletida nos textos que eu escrevi, com suas ingenuidades indiscutivelmente –, que se eu só fosse crítico até hoje, eu não era Paulo Freire, era um outro cara. Mas, Paulo Freire, esse cara que eu conheço, é um sujeito comum que nunca pensou em ser um gênio e nunca pediu a ninguém para cultuá-lo. Eu nunca pedi a ninguém para me cultuar, eu brigo até. Mas, bem, eu vejo, então, nas minhas releituras, como houve um momento em que eu não falava sequer em política na educação. O meu primeiro livro é um exemplo bem flagrante dessa ingenuidade; houve um segundo momento em que avancei mais, e esse momento se deu exatamente no contexto do exílio, que necessariamente me radicalizou e me ajudou a superar algumas ingenuidades anteriores. Num segundo momento, eu falei num aspecto político da educação; eu hoje falo na politicidade da educação, quer dizer, eu hoje falo na qualidade que tem a educação de ser política, precisamente como uma educabilidade no ato político, que explica que o ato político seja também pedagógico.

A esse propósito, inclusive, eu creio que é interessante chamar a atenção a um estudo recente do professor Dermeval Saviani, quando ele, tomando essa questão da educação como política, da política como pedagógica, ele diz isso muito bem, mas, na verdade, não basta: é preciso, diz Saviani, alcançar-se a especificidade do educativo e do político. A especificidade do educativo é o convencer e a do político é o vencer.

Agora, eu retomaria o professor Saviani para dizer que não é isso. Para mim, quando analisamos o político – pelo menos até agora, 1984, como pode ser que daqui para o ano que vem a coisa mude, como outros estudos do próprio Saviani –, há uma certa intimidade, um tal compromisso entre as duas naturezas, a natureza do político e a natureza do pedagógico, que faz com que, ao pensar que aprendemos a especificidade de um, nós caímos de novo no outro.

Vou tentar explicar, pelo menos, como eu vejo isso: evidentemente que uma professora ou um professor que trabalha um semestre, um ano, com um grupo de estudantes, não importa se na graduação, na pós-graduação, na escola de 1º Grau, não importa; é evidente que qualquer um de nós, ao trabalhar com um grupo de estudantes de Língua Portuguesa, por exemplo, Biologia, Filosofia da Educação, não há dúvida nenhuma de que a gente está empenhado em convencer os educandos em torno do que nos parece ser acertado. Se não fosse assim, olha, eu digo a vocês, se o professor não tem nenhum interesse de convencer o educando do acerto de suas teses, pelo amor de Deus, arranje outro emprego, porque não dá. Eu compreendo que não possa arranjar outro logo, que a crise é grande, o que não pode é continuar, porque a contradição é grande demais. Quando a gente é professor, é porque a gente está convencido de que a gente precisa de convencer.

Agora, o que eu quero dizer, porém, é que não há convencimento pelo convencimento. O convencimento é a mediação da vitória fora do contexto da escola. O que eu quero quando discuto, por exemplo, a impossibilidade de, numa sociedade burguesa capitalista de classe, se fazer uma pedagogia e de se viver integralmente uma pedagogia que liberte, quando eu digo isso, o que eu estou querendo dizer, ao tentar convencer o educando disto, é que, fora daí, do contexto da escola, ele se insira numa luta política maior, para que engrosse as fileiras dos que combatem o sistema capitalista, é isso que eu quero. Então, não há convencimento pelo convencimento, mas no momento que eu pretendo, pelo convencimento, chegar à vitória, a especificidade da educação penetra no campo político de novo. Mas o mesmo se dá quando o líder político vem à praça pública, que é o seu grande contexto de seminário, quando ele vai a um canal qualquer, televisão, um meio de comunicação, e ele luta para defender sua tese. No momento que ele está envolvido na necessidade de vencer politicamente, de objetivar as teses que ele traz, essa vitória política passa pelo convencimento das massas populares, se ele é um líder revolucionário de índole democrática. Se ele é uma liderança de direita, a vitória que propõe passa pela manipulação das massas populares.

O que parece ser específico do político corre de novo para o campo educativo, eu acho normal isso. É que há uma tal inter-relação entre as duas naturezas, que, a não ser que estudos, pesquisas e reflexões maiores cheguem um dia a encontrar o mínimo, é claro que há pormenores. Gente que está ensinado que quatro vezes quatro é dezesseis é diferente de um líder político, mas até aí há uma maneira de compreender o multiplicar, o dividir, o diminuir na sociedade capitalista e na sociedade burguesa. Aqui, a burguesia acrescenta ao seu poder o que diminui da classe proletária através da mais-valia, multiplica o seu poder pela diminuição e pelo esmagamento da capacidade produtora das classes populares – até aí, a gente tem que ver como é. Agora, vejamos um outro passo mais adiante, aí, eu paro e a gente conversa. Se isso é uma verdade, se essa politicidade da educação é inegável, me parece que há uma conclusão a que ninguém pode fugir, que é a seguinte: a educadora é política enquanto educadora, o educador é político enquanto educador.

Num parênteses, eu gostaria de deixar aqui o meu veemente abraço a vocês todos, professores e professoras deste estado, que vêm levando a sério, corajosamente, a tarefa política que cabe aos organismos de categorias nesta sociedade brasileira de hoje: desenvolver a tarefa política que deve ultrapassar os limites da política que já há na reivindicação social. Indiscutivelmente que brigar para exigir salários menos imorais é já um ato político, mas é preciso ultrapassar esse limite e brigar também por melhores condições de trabalho como educador, é preciso brigar não para fazer reforminhas de cafiaspirina, de emplastro no sistema escolas, mas para dar a ele, exigir dele, uma dimensão que necessariamente a política reacionária nega. Eu felicito vocês do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, para citar só esses três estados onde os organismos de professores se empenham em luta e lutam intensamente. Um encontro como esse é bem uma prova disso.

Mas, voltando à coisa, no momento em que a gente se reconhece como educador, se reconhece como político também. Eu acho, então, que cabe uma nova pergunta que tem que ver com aquela primeira a que eu me referia ou que eu citava e que dizia em favor de quem... Cabe a nós indagar sobre o sonho político nosso, o sonho possível e que, mesmo sendo impossível, precisa, porém, ser possibilitado. Eu não sei se está claro: o sonho é possível, eu não tenho nada que esconder a ninguém, eu sonho por uma sociedade socialista realmente, mas esse sonho não se realiza se não se trabalhar no sentido de realizá-lo. É nesse sentido que estou dizendo o sonho possível que precisa, porém, ser viabilizado, que precisa ser possibilitado.

E essa pergunta, que é fundamental para mim também, coloca buscas – se não outras perguntas –, e, centralmente, uma busca que seria a seguinte: a procura de

aproximar tanto quanto possível a explicação verbal do meu sonho com a minha prática, através da qual eu procuro viabilizar o meu sonho. No fundo, é isso que a gente chama de coerência: é preciso um mínimo de coerência entre o discurso que verbaliza o sonho e a prática que explicita ou que procura materializar o sonho. Evidentemente que no mundo ninguém conseguiu juntar os dois iguaizinhos, é impossível uma coerência absoluta, e eu até diria a vocês que seria profundamente incômoda e antipática uma existência totalmente coerente.

E eu confesso que acharia chato pra burro todo dia eu ser igual, não ter nenhum momentozinho de tentação, de pecado. Eu acharia isso horrível. Eu estou dizendo isso de brincadeira, porque eu não acredito muito em pecado. Os pecados que estão por aí são virtudes às vezes, mas é evidente que eu não quero um negócio absoluto, não existe isso. O que eu estou dizendo é que há limites para a incoerência. Eu não posso compreender, e digo a vocês, eu entendo que haja muita gente, mas em mim é inviável, por exemplo, defender uma revolução sem as massas populares, defender uma transformação radical ou sonhar com uma transformação radical da sociedade burguesa para a criação de uma sociedade socialista feita apenas por minorias intelectuais, que ganharam a sabedoria rigorosa na universidade e que desprezam o saber comum como impossível de transformar. Eu não posso conciliar um sonho de transformação do mundo com um procedimento autoritário na minha classe como professor; eu não posso conciliar o meu sonho de libertação com a ironia que eu faça a um estudante porque me fez uma pergunta que eu considere boba. Para mim, não há perguntas bobas, nem há respostas bobas, nem há respostas definitivas. Há, simplesmente, perguntas que precisam ser respondidas. No fundo, eu acho que muito professor tem medo não é nem da pergunta, tem medo da resposta que deve dar, e por isso dificulta a pergunta. Essa coerência, que não é uma coerência de santo, é essa coerência mínima que um educador – enquanto político e político enquanto educador – tem que ter em função de seus projetos e dos que não são só seus.

Viver essa coerência demanda algumas virtudes ou a concretização de algumas qualidades que a gente também não recebe de presente, mas que a gente cria na própria prática de buscar a coerência. Por exemplo, a humildade de encarar o real, o concreto, para interpretá-lo, a humildade de aprender com o outro e não apenas de querer sempre, todo dia, ensinar o outro. A tolerância – que não é uma virtude apenas dos liberais, mas deve ser uma virtude dos revolucionários – significa, no fundo, viver com o diferente e, obviamente, com o igual, para poder brigar com o antagônico. De um modo geral, há, entre nós, uma enorme intolerância entre diferentes, enquanto o antagônico pode dormir em paz.



Diante da inviabilidade de se ter uma educação que fosse ou pudesse ser neutra, por isso mesmo, então, a educação, enquanto sistema de um sistema maior ou enquanto subsistema, é reprodutora da ideologia dominante. Essa é a tarefa que a educação sistemática recebe – com aspas – do poder, que é, exatamente, a de reproduzir a sua ideologia. A questão que se coloca é saber se há ou não, no espaço institucional, a possibilidade de contestar a tarefa fundamental que o subsistema educacional tem de reproduzir a ideologia dominante, e essa tarefa existe e esse espaço existe, mas obviamente que não pode ser tarefa do educador que opta pelo processo de reprodução da ideologia dominante. A tarefa de contestar o processo de reprodução da ideologia dominante é a tarefa daqueles cujo sonho político é o da transformação da sociedade burguesa numa sociedade socialista. Essa tarefa é muito mais difícil de ser cumprida do que a tarefa de quem reproduz. Quem reproduz, consciente ou inconscientemente, nada a favor da maré. Observem o que significa nadar a favor e contra a maré: o poder boatou que a professora Vanilda e eu não estaríamos aqui, porque exatamente aqui o que fizeram os que antecederam a professora Ivanilda Paiva e a mim, o que fizemos nós, é exatamente contestar o poder reprodutivo da ideologia dominante no sistema escolar. Então, é muito mais difícil fazer isto, contestar a reprodução do que reproduzir, e quem reproduz usa de todas as artimanhas no sentido de manipular.

Educação popular

Muito bem, é claro que nos anos 1970 se desenvolveu toda uma teoria da reprodução ideológica que foi muito mecânica, e houve um período no tempo, nos anos 1970, em que se pensou, se disse, que não era possível de maneira nenhuma fazer educação popular ou pôr o sistema de educação oficial a serviço dos interesses das classes populares. E se afirmava isso, para mim, de forma ingênua e mecânica – e eu quero fazer uma exceção a um professor brasileiro, professor Celso Baisiguel; eu estava no exílio, mas lia os seus trabalhos, e ele nunca aceitou isso. É interessante observar que, na década de 1980, agora que a gente começou a viver, se mudou de novo, muita gente disse que era absolutamente inviável fazer qualquer coisa no Brasil dentro do âmbito da escola durante o período. Também não era muito para ter esperança; quem viveu as experiências do Presidente Médici – que não se mede – não podia chegar muito facilmente a outras conclusões. Mas, o que acontece agora, na década de 1980, com a vitória de alguns governos de oposição, é que não podemos deixar de ocupar o espaço vital para cumprir a tarefa política. Desde que a gente tenha claros os objetivos, não há por que não fazer.

Muito bem, adiante dessas indagações ou reflexões, eu agora diria a vocês que, partindo dessa inviabilidade óbvia de que é impossível uma neutralidade educativa, e, portanto, educação pode ser opressora ou libertadora, eu diria que a educação popular só o é na medida em que ela explicita, vive e persegue um objetivo de transformação, de ruptura com o estado burguês capitalista – essa é a minha posição, não necessariamente a dos outros – e se encaminha no sentido de um sonho e transformação da sociedade para um projeto socialista. Em outras palavras, para mim, a educação popular é aquela que está a serviço dos interesses reais das classes populares, mas que, em estando a serviço dos interesses reais das classes populares, tem nelas, também, sujeitos desta educação, e não meras incidências da educação popular feita pelos intelectuais ou pelos educadores. Então, é uma educação que não significa, por exemplo, um simplesmente estar a favor dos pobres, isso é um pouco demais. O que traduz a educação popular não é um voto de solidariedade paternal aos pobres, mas o que sela um projeto de educação popular é o seu compromisso radical de transformação do mundo.

Agora, vejam: isso implica métodos, caminhos, conteúdos, e isso não significa que quem está envolvido em um projeto como esse não tenha e não deva ter a consciência dos limites da sua própria prática, limites que são históricos, políticos. Ninguém transforma o mundo na cabeça, a cabeça não é o lugar em que as transformações históricas da sociedade se realizam: é na sociedade, na práxis política, que a gente transforma a realidade. Não resulta, também, decretar que a realidade está desta ou daquela forma e montar um esquema de ação para a realidade que a gente descreveu na cabeça da gente, porque a ação não funciona. Por isso mesmo é que eu acho que sem comunhão com as massas populares, sem comunhão com elas, sem sintonia com elas, sem o aprendizado diário que aqueles e aquelas que, por sua posição de classe sem culpa deles e delas, não são da classe proletária, mas estão aderidos ao esforço de transformação do mundo, eu acho que o papel de quem assim se acha é aprender diariamente na própria prática como intensificar a sua comunhão com as massas populares.

No fundo, é desenvolver a sensibilidade das coisas que Gramsci fazia referência, no sentido de juntar a sensibilidade dos fatos, essa quase adivinhação que a gente desenvolve, essa intuição, na medida em que a gente realmente convive com essas massas populares e não só com os livros – mesmo que seja importante essa convivência com os livros. Mas só na medida em que você se contagia, no melhor sentido desta palavra, com os sonhos populares, com isso que eu venho chamando de “manhas dos oprimidos”, que eles expressam através da sua linguagem e atra-



vés do seu corpo; é na medida em que, mais do que intelectualizando as manhas e a cultura dos oprimidos, eu as sinto, ou, na medida em que eu sinto e compreendo, portanto, ponho juntas a compreensão e a rigorosidade que eu devo ter alcançado nos meus estudos. Eu junto essa rigorosidade à sensibilidade que a massa popular me ensina, só que quem me ensina é ela mesma.

Agora, evidentemente que, para mim, eu vou falar só em dois ou três pontos mais, eu acho que, quando a gente faz essa opção, a gente precisa, tanto quanto a gente possa, praticamente, diariamente, evitar um sem número de tentações que a gente recebe. Por exemplo, a tentação de sublinhar permanentemente a teoria contra a prática das massas populares, ou o contrário, a tentação de reduzir tudo só à prática nas áreas populares e não aceitar a contribuição de intelectuais que nunca foram a um córrego. Eu acho que essas duas tentações nos levam a caminhos errados: de um lado, o perigo de você virar elitista pelo trato exclusivo do que lhe parece ser o teórico e romper com a prática; do outro, o perigo de você romper com a teoria e passar a considerar todo o esforço acadêmico como desnecessário e ridículo, e aí você cai no basismo, que também é errado. Eu acho que nem o elitismo e nem o basismo resolvem e nos ajudam em nada disso.

Na primeira hipótese – eu tenho visto muito isto –, o intelectual que, durante muito tempo, inclusive seriamente, estuda Marx, Hegel e Gramsci, e, lá um dia, por insistência de alguém, vai a uma área periférica de sua cidade, chega lá, descobre em dez minutos que ele fica cheio de dedos e de palavras porque não tem palavra, ele não sabe comunicar-se. O risco que corre aí é ser simplista, e, para mim, quando ele é simplista, continua elitista, porque o que tem que ser é simples, mas nunca simplista – então, são esses riscos que a prática da gente vai ensinando. Agora, é claro, só não é possível superar esses riscos quando a gente só conhece o endereço ou o caminho entre o apartamento da gente e o salão do seminário da universidade, não dá mesmo. Mas quando a gente – além do endereço da universidade, que é fundamental – tem outros endereços, o caminho para ir a outros lugares termina ensinando a gente como é que a gente pode ser simples falando com o povão sem ser simplista.

Eu me lembro – vou contar a vocês porque achei lindo – que no ano passado estive conversando em São Luís do Maranhão com um grupo de intelectuais que trabalhavam em áreas populares camponesas, e nós estávamos exatamente falando sobre certas diferenças na linguagem, ou entre a linguagem do intelectual e a linguagem das classes populares, o problema da sintaxe, da semântica, que são diferentes, o papel que tem o conceito entre nós, o papel que tem a metáfora na linguagem popular, e, de repente – é coisa que os intelectuais, às vezes, não pensam, a não ser os lin-

guistas, noutra ângulo, não nesse –, um deles me disse: “Paulo, estive numa reunião com um grupo de camponeses e fui três vezes seguidas tentando uma aproximação, e falava, conversava... na quarta tentativa de encontro, houve um silêncio durante um tempo em que falei, e um camponês, finalmente, falou e disse o seguinte: ‘Moço, eu queria te dizer uma coisa, se tu pensas que tu vens aqui ensinar a nós como se derruba o pau da árvore, não precisa, porque nós já sabemos, o que queremos saber é se tu vais estar aqui na hora do tombo do pau’”. É exatamente isso que tem muito intelectual que não quer de jeito nenhum: estar na hora do tombo do pau. Mas é preciso estar para poder aprender como é que se defende do pau tombado, senão não aprende. E, então, nessa mesma reunião, uma outra pessoa me contou que, em um seminário de avaliação entre camponeses e intelectuais, um camponês disse: “Não vai dar pra gente continuar com esse diálogo, porque, enquanto vocês aí – e o aí dizia já bem a diferença – estão interessados no sal, nós aqui estamos interessados no tempero, e o sal é somente parte do tempero”. Então, vejam: com linguagem metafórica, simbólica, o que o camponês dizia aos intelectuais é que eles estavam perdendo uma visão totalizante da realidade, caindo numa visão fatalística da realidade, e os intelectuais, em um primeiro momento, não entenderam o discurso do camponês.

Então, minhas amigas e meus amigos, eu repito que as coisas que eu digo eu digo porque vivi os fatos que me levaram a dizê-las. E não digo de jeito nenhum que as coisas que eu digo são as coisas que devam, necessariamente, ser ditas – mas não as coisas que eu devo dizer, que eu acho que eu devo escrever. Eu assumo as coisas que digo, com humildade, sem nenhuma vacilação, tampouco nenhuma pretensão de pensar que fiz muita coisa. Eu acho que estou fazendo alguma coisa que satisfaz a mim enquanto gente, mas não que eu pense que essa alguma coisa é uma coisa extraordinária, mas também não é coisa desprezível, que não tem o seu valor relativo no processo de que nós todos fazemos parte. Eram considerações assim, para não demorar mais, que eu queria fazer a vocês. E agora temos, aí, um bom tempo para conversar.

Debate:

Prof. Paulo, em suas obras, frequentemente, aparece a palavra epistemologia. Gostaria que o senhor, resumidamente, tecesse algumas considerações a respeito. Em segundo lugar, gostaria que o senhor tecesse algumas considerações sobre opção política, pois os professores, muitas vezes, diante da coerência, não sabem se posicionar por medo, desconhecimento ou omissão. Em terceiro lugar, gostaria que

o senhor falasse alguma coisa sobre a educabilidade do partido no partido e sobre qual é a sua opção partidária.

Bem, vou começar, assim, de trás para frente. Eu gostaria de, falando sobre a questão do partido, dizer o seguinte: em primeiro lugar, para mim, o educador é político pela própria natureza política de sua prática, cedo ou tarde. O ideal é que o educador se insira numa prática partidária e que ele perceba a dimensão política ou a natureza política da própria prática pedagógica. Para mim, porém, o fato de ser político (inaudível) não pode levar, e digo mais ainda, ao fato de pretender e de buscar até convencer o educando do acerto de minha análise, não me leva, de maneira nenhuma, a restringir o espaço e a voz do educando, porque esse não pertence ao partido a que eu me filiei; esse é um pormenor que eu acho fundamental. Eu me lembro que uma vez dei dez a um texto com o qual eu discordava totalmente do ponto de vista político. Agora, por exemplo, que eu explicito a minha filiação, eu gostaria, não há por que não expressar isso, mas o que eu gostaria – nós vivemos numa sociedade tão intolerante, que tem um ranço tão antidemocrático –, que eu me vejo a dizer o que vou dizer agora, eu vou dizer a todos vocês que estão aqui, e todas que estão aqui – quer não concordem com minha posição partidária, eu os respeito e as respeito –, mas não posso esconder que sou um membro não muito bacana, mas um militante razoável do Partido dos Trabalhadores. Só estou falando isso porque ele me perguntou e eu acho que toda a pergunta tem que ser respondida, até quando é provocadora, o que não é o caso. Mas eu tenho total respeito por quem não fez esta opção, nem eu vim aqui tentar ver se mudo a opção de ninguém nesse encontro, de forma nenhuma. Eu sou PT por inúmeras razões, inclusive por esta radicalidade democrática. Eu sou PT porque o PT é uma das coisas novas – eu não diria melhor, de jeito nenhum –, mas é um fato novo na história política desse país, porque é a primeira vez, na história política desse país, que um partido de trabalhador surge das classes trabalhadoras sem uma minoria de intelectuais se decretando vanguarda dos trabalhadores. Eu acho esse um fato novo que me fez aderir ao PT.

Sobre a epistemologia, toda vez que eu uso essa palavra, eu uso sob um sentido mais restrito, que tem que ver com a teoria do conhecimento.

Prof. Paulo, manifesto-lhe o carinho do Rio Grande do Sul, porque o senhor viu oito dias atrás em Rio Grande, e, hoje, em Passo Fundo. Isso é realmente a manifestação de carinho dos gaúchos para com o senhor, e o reconhecimento da sua liderança. Considerando que há uma luta, o povo quer mudar, mas há uma luta

entre em ir ao colégio eleitoral ou não ir ao colégio eleitoral, porque isso implica numa contradição ou não, e admitindo que o meu sonho seja o socialismo – porque acredito que o socialismo está mais perto do cristianismo do que do capitalismo, eu sou cristão –, sendo este o meu sonho, de que forma o senhor aconselharia como prática: uma mudança gradual ou uma mudança radical? Lutar por isso que eu acredito desesperadamente, sem caminhos, mas lutar apenas com isso como meta, ou fazer mudanças gradativas? Eu gostaria de uma observação a respeito.

Eu acho que essa pergunta, em primeiro lugar, não é uma pergunta abstrata, é uma pergunta profundamente histórica, é uma pergunta histórica no caso brasileiro de hoje. Não é uma pergunta que vá se fazer noutro campo igual a essa, ou melhor, pode-se fazer noutro sítio, a resposta não pode ser igual, nem sempre. E houve momentos em que essa pergunta foi feita na Nicarágua, e a resposta foi outra porque pode ser outra. Não é o caso brasileiro, não acredito que a gente tenha outras respostas. Eu acho que das qualidades que um homem e uma mulher de esquerda devem revelar é essa possibilidade de usar a história, adivinhar. Ora, evidentemente, eu acho que nós estamos em um momento – e parece que nunca teremos vivido tanto no Brasil como hoje – de uma espécie de vontade de encarnar a democracia. Quando eu falo em democracia, não estou falando em democracia burguesa, democracia disso, democracia daquilo. É que há a inexperiência do brasileiro nisso – o ranço autoritário do país é tal que a democracia é sempre vista no Brasil como adjetivo, e nunca em sua substantividade. Aliás, eu queria, em um parênteses, sugerir a vocês a leitura de um livro que saiu em São Paulo, exatamente há oito dias, disse-se que já se esgotou a primeira edição, que se chama *Por que democracia?*, de Francisco Weffort, que é secretário-executivo do PT e que está sendo chamado por alguns democratas de social-democrata, etc.; você vê, o ranço contra a democracia nesse país quanto à substantividade democrática é terrível; você fala em democracia, o outro já está assim cutucando o adjunto e dizendo “Está vendo? Já caiu na social-democracia” ou “Está vendo como ele é populista?”, quer dizer, não dá. Evidentemente que no momento a gente está vivendo isso, a possibilidade de cunhas dentro do processo.

Agora, se a pergunta do nosso amigo teria que ver com saber de mim a posição do partido a que eu pertença, está claro, todo mundo sabe aí, mas pode querer saber a minha com relação ao chamado colégio. Uma das coisas boas do PT é a gente poder discordar do PT, sem nenhum problema de levar carão, não ter medo que venha uma caderneta com letra encarnada, em casa, com “O Paulo se comportou mal”. Eu tenho uma posição parecida com a posição aceita até hoje pelo PT – que é

diferente em grande parte da posição do meu amigo, companheiro, deputado e líder do PT em Brasília, Soares –, que é a seguinte: o PT foi às praças públicas, às ruas, durante a campanha das diretas, não porque pretendesse conseguir um cacique para depois transar com o poder, de cima para baixo, dizendo “os senhores viram o povão que veio, vamos fazer acordos agora de cima para baixo”. O PT não foi lá para isso, o PT foi porque radicalmente não concebe a democracia sem povo. O que está acontecendo neste país é que tem muito democrata para quem a democracia se estraga se o povo chega. É como alguns professores, também, que acham uma beleza dar aulas desde que não haja alunos.

Sobre o colégio eleitoral, o PT diz: não vou lá. Agora, qual a minha posição? Minha posição seria a seguinte: se, e daqui para lá vai se saber bem se Maluf ganha por dez votos, não tem por que irmos ao colégio; se Maluf perde por seis, também não tem por que ir lá. Em última análise, eu acho que o PT só deveria ir ao colégio no caso em que Maluf pudesse ganhar, porque eu acho que até numa análise de classe eu distingo o Maluf de Tancredo. Tancredo é um homem da classe dominante, um liberal conservador. Aliás, em entrevistas, ele revela o seu conservadorismo, o seu realismo, com aspas, de que Cuba, por exemplo, é exportadora de revolução, portanto, não se pode reatar relação com Cuba, de que a teologia da libertação é uma coisa ruim, porque não é teologia, é uma ciência social, quer dizer, são declarações, cá pra nós, que deixam muito a desejar. Mas eu estabeleço uma radical diferença, e essa diferença faz a diferença, entre o senhor Tancredo e o senhor Maluf. Maluf é uma espécie de *lumpen* da burguesia, e Tancredo é um homem da burguesia, mas de antemão ele já disse como pensa sobre Cuba, não tem que esperar outra coisa, vai continuar dificultando cubano de entrar aqui, tudo isso. Mas, indiscutivelmente, para mim, esta diferença mínima faz a diferença no período de transição, então se fosse fundamental o voto do PT, o PT devia dar o voto, mas não tinha que pedir coisíssima nenhuma, nem fazer acordo nem aceitar nada. O PT não precisa ter ministro, nem delegado de polícia, e cumpre a tarefa e continua lutando cá, independentemente, porque eu também tenho a impressão de que muita gente que reclama por que o PT já não decidiu, é porque se encontra incomodada de estar sem nós, precisa de alguém que chegue para contestar a posição de ir ao colégio eleitoral. Mas, vejam bem: esta é a posição do puro militante de partido que não interfere nos destinos do partido, a não ser como militante. Essa é a minha posição, que eu digo de público, porque disse numa conversa íntima com o Lula, é assim que eu penso.

Prof. Paulo Freire, dentro da colocação de educação popular, como o senhor coloca a preocupação, nos termos de educação popular, com a questão ecológica, o problema da fome, da criança ter condições de aprender nos meios, e sobre como tem-se usado o homem como instrumento para explorar o meio-ambiente, a natureza?

Eu acho que esta questão tem dois pontos. Ela pergunta quanto à questão da educação popular e fome; e educação popular e meio ambiente, o homem e a exploração do meio-ambiente, a política do meio-ambiente. Eu gostaria de dizer a vocês, com relação a essa segunda questão: nos anos 1970, quando eu estava ainda no exílio, movimentos feministas e de defesa do meio-ambiente começavam a ganhar força nos EUA, na Europa, e eu me lembro de alguns amigos com quem eu conversava, de esquerda também, que em certo sentido não apostavam nada nesses movimentos porque diziam que a luta das mulheres, por exemplo, não estava com o porte de classe, de luta de classes – a luta dos ecologistas, que essa coisa estava fora da ótica da luta de classes. Eu dizia: olha, eu acho que vocês estão errados. Sabe, em primeiro lugar, indiscutivelmente, seria um absurdo, uma miopia trágica não pretender reconhecer isso. A questão não é nem sequer inventar uma luta de classes, é simplesmente reconhecê-la, está aí, e foi isso que Marx disse numa de suas cartas: os economistas burgueses me antecederam, me precederam, na constatação da luta de classes. O que fiz, diz ele, foi etc., etc. Mas acontece o seguinte: sem a compreensão da luta de classes me parece difícil entender essas coisas, mas a luta de classes sozinha também não explica tudo. Eu acho que é essa ótica que, às vezes, falta em uma perspectiva mais estreita, mais sectária dos fenômenos, e a ciência não está aí para ser distorcida.

Acontece que, por exemplo, eu não sei se bem ou mal, não quero discutir o acerto ou desacerto, os ecologistas trouxeram um milhão e quinhentos mil votos durante a campanha de François Mitterand, e derrotaram a direita, caíram num socialismo que é o possível lá. Os “verdes”, na Alemanha, há um ano ou dois, fizeram mais ou menos o mesmo. Eu até diria que um dos problemas que a ciência política – também os educadores, os políticos, os militantes – teriam que encarar, neste fim de século, é exatamente o do papel dos movimentos populares sociais, problema ligado ao papel fundamental não própria e exclusivamente da tomada do poder, mas da reinvenção do poder. Esse é um fato absolutamente fundamental, importante, e digo mais: na medida em que partidos populares e não populistas deixarem de se aproximar dos movimentos sociais populares, para, aprendendo com eles, ensinar algo a eles sem nunca pretenderem se apoderar deles; na medida em que os partidos de esquerda, populares e não populistas, não aprendam a fazer isso,

eu acho que eles são postos entre parênteses, de escanteio, neste fim de século. A questão é saber como. Implica toda uma metodologia de aproximação, implica toda uma compreensão das culturas das massas, implica toda uma análise das “manhas populares” dos oprimidos, que nunca introjetam a ideologia dominante totalmente – como muita gente pensa, antidialeticamente, de que tudo que vem das massas populares é ideologia dominante, quando não é a própria ideologia dominante, ou certos valores dominantes são apropriados pelas massas populares, tal qual se faz. O capitalismo é sobretudo um regime, um sistema de apropriação, e as massas populares também se apropriam, às vezes, de valores culturais dominantes e refazem os valores, reinventam esses valores. Eu acho que ou a gente como se faz isso, e a gente só aprende isso na medida em que a gente convive, comunga com as massas populares, e não apenas na medida em que a gente fala delas, como conceitos, como análises de textos, ou eu acho que aí não dá, tem que se estar com as massas.

Gostaria de saber qual é a maneira mais lógica de estabelecer uma educação socialista num país que é dominado pela ideologia imperialista americana.

Não há essa receita. Teve um cara barbudão, com a barba maior que a tua e a minha e com uma contribuição ao mundo que nem tu nem eu demos – tu, pelo menos, não deste ainda, e eu não vou dar mais –, que disse uma vez uma coisa mais ou menos assim: “a história não é nenhum poder, nenhuma entidade poderosa que paire sobre os homens (e simplesmente diria ‘e as mulheres também’) e que os faça à sua maneira. Pelo contrário, em lugar de ser este poder supra, a história é feita pelos homens (e eu acrescentaria, com todo o respeito, ‘e pelas mulheres’) que ao fazerem a história são feitos pela história”. Eu não sei se vocês conhecem, aqui, no Rio Grande do Sul, uma coisa que se usava no Nordeste, que se usa ainda hoje por lá, que é de tirar manga verde, banana verde, de botar dentro de um caixão, meter carbureto, e depois de um certo período, se tira a manga e ela está toda corada, com a pinta de madura. Eu sempre digo o seguinte: se é possível fazer a aparência de uma manga mudar com carbureto, não é possível a história com carbureto. História se faz mesmo ou não se faz, e não se faz na cabeça da gente, se faz lutando, brigando, sabendo lutar, aprendendo a lutar, aprendendo a encontrar o momento exato da luta.

Então, o fato de a gente ter um imperialismo grandão, desse tamanho aí, de frente à gente, não é suficiente, porque ele é maior ainda na Nicarágua do que aqui, e o povo nicaraguense se independenciou. É possível que até se acabe aquilo, porque eles já invadiram Granada, que eu conheci de perto a lindeza daquela revolução,

onde eu estive, também, imediatamente à vitória da revolução – eu fui convidado, e estive lá duas vezes e conversei com o comandante várias horas. Nicarágua também eu conheço, conheço de ir, não de ler, porque trabalharam com algumas das minhas ideias. Agora, o momento histórico brasileiro não é o da Nicarágua, nem o tamanho do Brasil, isto aqui é um continente. Eu acho que a gente não pode fazer a transformação radical dessa sociedade por decreto, o que já deixava de ser, isso era golpe de Estado. Revolução, mesmo, a gente tem que ir vivendo os momentos viáveis, isso tem que ver com uma coisa que eu sempre digo, e não faz mal repetir: em história, se faz o que se pode, não o que se gostaria de fazer.

A questão que se coloca aí é saber quem define o que se pode. A prática define isso, é levando chapoletada que você delimita o espaço, estabelece o espaço viável. Por outro lado, se em história se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer, significa que a melhor maneira de fazer amanhã o que hoje não pôde ser feito é fazer hoje o que hoje pode ser feito. É fazendo o que posso fazer agora que me preparo, e a história também, para fazer amanhã o que hoje não é possível fazer. Isso coloca a questão do espaço, do limite, e a questão de limite coloca outra questão em face dele, que é o medo, a vaidade, a intolerância, o sectarismo, todas essas não virtudes entram nisso. O que acontece é que, muitas vezes, a gente fica aquém do limite ou a gente fica além do limite: se a gente ultrapassa o limite, o porrete chega, se a gente fica aquém do limite, o poder preenche o espaço que você permitiu a ele fora da briga, e você vai para mais atrás ainda. Não recuar demasiado na luta é absolutamente fundamental para poder fazer um dia essa sociedade com a qual você sonha e nós sonhamos.

Como conciliarias teu posicionamento religioso com tua posição antissectária? Gostaria de uma opinião sobre o fato de que no teu conceito de verdadeira revolução há espaço para negociação no poder, e se há um momento em que não negociar o poder é uma atitude ingênua politicamente.

De qualquer maneira, lê o livro *Por que democracia?*, ele encarna a segunda questão muito bem. Estou dizendo que ele leia o livro, não importa as críticas que se façam a ele, precisa ler. Com relação ao primeiro momento, eu gostaria de dizer a vocês que, por exemplo, em primeiro lugar, eu não me acho muito religioso. Vou tentar explicar isso, eu me acho mais e agora até peço desculpas, porque o que eu vou dizer pode parecer muito arrogante de minha parte, e eu não gostaria de dar a impressão de ser arrogante, que é um troço que eu acho horrível. O que eu queria

dizer é que eu me sinto muito mais um homem à procura de guardar a fé do que um homem religioso, meditem depois sobre a diferença sutil entre uma coisa e outra. Eu vivo cuidando com certo carinho da minha fé, o que eu digo nesse sentido, por exemplo, eu tenho excelentes conversas com amigos, inclusive cubanos, revolucionários, nicaraguenses, não cristãos. Se você me pergunta: como você concilia essa fé num transcendente com a tua preocupação fundamentalmente histórica de transformar o inerente – não é uma contradição? Eu diria: não, não é. A única coisa que pode receber uma espécie de retificação seria a seguinte: no momento em que eu creio no Cristo não apenas como gente como eu, eu estou admitindo um *a priori* da história. Evidentemente que Marx, se fosse vivo, conversando comigo, talvez rindo, talvez zangado, me dissesse: mas isso é uma doidice, uma loucura! Eu diria, então: deixa comigo o direito de ser doido.

Eu tenho ou não tenho o direito de ser contraditório se a minha contradição não trabalhar contra os interesses das massas populares? Eu acho que tenho. O que não posso fazer é, em nome da transformação do nosso país, usar minha fé para sustentar Maluf; usar minha fé para sustentar a burguesia nesse país, nesse poder, nem em canto nenhum, e isso ninguém nesse país prova que eu tenha feito. Segundo a minha compreensão – agora teológica, da relação mundo-transcendência, que não é uma compreensão antinômica –, em outras palavras, para mim, é impossível alcançar a meta histórica sem passar pela história, sem atravessar a história. E o problema é saber como é que eu atravesso a história, em favor de quem e em favor de quê. Pois eu quero fazer essa travessia, até chegar lá, lutando pela transformação da sociedade, para implantar um sistema socialista neste país, mas em que eu tenha o direito de continuar dizendo que acredito na transcendência. Essa é a minha posição, eu acho que não tem contradição muito grande aí, e, fora disso, acho que não tem muito mais, a não ser a nível de certas posições extremamente pouco democráticas de alguns revolucionários.

Mas se tu me perguntas se eu acho que é a consciência, que é a subjetividade que cria a materialidade e cria a objetividade, eu te digo não, de jeito nenhum. A objetividade gera a subjetividade, mas acontece que a subjetividade não é puro reflexo da objetividade, daí a relação entre ambas não ser uma relação mecânica, mas dialética, contraditória, dinâmica, processual, de tal maneira que a consciência, ou a subjetividade, enquanto condicionada, se volta reflexivamente sobre o condicionante e reconhece o seu condicionamento. Para mim, é por isso que há possibilidade de briga, que há luta pela transformação. Eu não posso, com isso, exigir que aceitam, por exemplo, uma imposição; eu acho que política tem que ver

com negociação. Às vezes, o problema é saber o seguinte, eu vou te dar um exemplo histórico, que não é brasileiro, mas que é histórico recente: Mao Tsé-Tung comandava a sua grande avalanche na China, e os japoneses, o imperialismo japonês, invadiu a China. Naquele momento, o inimigo principal se transformou no japonês, e Chiang Kai-Shek e Mao Tsé-Tung tiraram retrato juntos e juntaram os seus dois exércitos, fizeram um pacto. Naquele momento, puseram entre parênteses a contradição antagônica entre os dois sem ter modificado a natureza do antagonismo entre os dois, puseram o antagonismo entre parênteses, derrotaram o inimigo e, quando os japoneses foram expulsos, tiraram o antagonismo dos parênteses, meteram o porrete um no outro, e Chiang Kai-Shek se acabou. Política também é isso, porque isso é história. E não há por que não fazer.

Meus amigos e minhas amigas, não gostaria de sair daqui sem deixar muito vivo, de um lado, o meu agradecimento por terem me chamado e trazido até aqui; de outro, sem deixar de, uma vez mais, insistir nas desculpas que eu apresento por haver diminuído o meu tempo com vocês, mas entre não vir e vir diminuindo, eu preferi vir diminuindo. Finalmente, gostaria de deixar umas palavras bem jovens, apesar dos meus 63 anos, bem jovens aos jovens que estão aqui, estudantes, e aos jovens e às jovens professoras também, a minha palavra de esperança em que a gente, transformando o hoje da gente, a gente cria um amanhã menos ruim do que este de hoje.

A minha esperança em que a emoção de vocês não se acabe, não fique adstrita aos dias de um encontro maravilhoso como este, mas, pelo contrário, essa emoção acompanhe vocês na briga necessária de vocês, na briga do estudante por melhores condições de trabalho enquanto estudante, do professor, da professora, pela reivindicação de seu salário menos injusto, mas a briga também para poder ser ou ter o direito de ser melhor educador neste país.

Um grande e fraterno abraço a todos e todas.

Nota

¹ Esta conferência foi captada em áudio, degravada, preservando a oralidade de Paulo Freire, e publicada em 1986, no compêndio *Palestras e Debates do I Colóquio Nacional de Educação Popular*. O evento realizou-se em Passo Fundo, RS, entre os dias 23 a 26 de outubro de 1984, foi organizado pelo 7º Núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. A versão original foi organizada pelos professores Lourdes Solange Camargo Faria, Nedison Faria e Lourivan Fisch de Figueredo. Esta versão, procurando maior clareza e objetividade, foi revista e reeditada por Marcelo Ricardo Noll, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, e Eldon Henrique Mühl, professor do mesmo programa. Agradecemos aos organizadores do evento pela autorização para a publicação da conferência neste dossiê em homenagem aos 50 anos de publicação de *Pedagogia do oprimido* e ao centenário de nascimento de Paulo Freire, em 2021.